Valorização do Patrimônio Histórico: Um Estudo Comparativo Sobre a Percepção do Poder Público e da População dos Municípios de Araucária e Lapa.



Beatriz Portella Deda[1]; Mariana Ribeiro[2]; Tharsila Maynardes Dallabona Fariniuk[3]
[1 2 3] *UNIFACEAR*

RESUMO
O presente trabalho tem por objetivo identificar e caracterizar o nível de valorização do patrimônio histórico, tendo como objeto de estudo duas cidades da região metropolitana de Curitiba: os municípios da Lapa e Araucária. Metodologicamente a pesquisa baseia-se em levantamentos bibliográficos e questionários aplicados na população e representantes do poder público. Os resultados apontam que ainda que a quantidade de edificações tombadas em ambas as cidades seja bem diferente, pode-se perceber a origem dos recursos de manutenção (federal ou estadual) interfere no montante disponível para conservação das edificações. Identificou-se, ainda, que a falta de disseminação de informações sobre o patrimônio pode ser um dos fatores que dificulta o envolvimento da população com relação à valorização das edificações. Além disso, concluiu-se que, uma vez que as prefeituras não são as únicas partes envolvidas com a preservação do patrimônio, a responsabilidade recai também sobre diversos outros órgãos e também sobre a população, que tem o exercício da cidadania revelado na conscientização e na contribuição para preservação.

Palavras chave: Patrimônio Histórico, edificações históricas, preservação do patrimônio.

ABSTRACT
The work aims to identify and characterize the value of the Historical Patrimony, having as aim to study two cities of the metropolitan region of Curitiba, which are the counties of Lapa and Araucaria. The research is based on bibliographic surveys and questionnaires applied to the population and representatives of the public power. The results indicate that although the number of buildings listed in both cities is quite different, it can be seen that the origin of maintenance resources (federal or state) interferes with the amount available for conservation of buildings. It was also identified that the lack of dissemination of information about heritage may be one of the factors that hinder the involvement of the population regarding the valuation of buildings. In addition, it was concluded that, since municipalities are not the only parties involved in heritage preservation, responsibility also rests with various other bodies and also with the population, which has the exercise of citizenship revealed in awareness and contribution to preservation.

Key Words: Historical Patrimony, historical buildings, conservation of patrimony.

1. INTRODUÇÃO

O Patrimônio é a conservação de memórias, o que possibilita a transmissão de experiência para as futuras gerações (HARDT, L; HARDT, C; HARDT, M., 2017). Em vista

disso, a iniciativa de pesquisar sobre a valorização do Patrimônio Histórico partiu da curiosidade de entender como as pessoas percebem e dão importância para edificações que contam a história de sua cidade.

Segundo o Decreto Lei nº 25, Artigo 1º (1937):

> Constituem patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Assim sendo, torna-se necessário que a população entenda a importância de valorização do Patrimônio Histórico como parte da formação da identidade e das características das cidades.

O presente trabalho resulta de um estudo realizado em nível de iniciação científica, e está estruturado de modo a apresentar o que é o patrimônio histórico, e discutir brevemente o contexto patrimonial das cidades de Lapa e Araucária.

2. DESENVOLVIMENTO

Essa pesquisa pretende caracterizar o nível de valorização do patrimônio histórico edificado por parte do poder público e da população, a partir de comparativo realizado entre duas cidades da região metropolitana de Curitiba: Araucária e Lapa. Além disso:

i. Identificar atuação das políticas públicas para a valorização do patrimônio histórico, nas duas cidades destacadas;
ii. Caracterizar a importância dos órgãos responsáveis para a manutenção e valorização do patrimônio histórico, em consideração a este recorte geográfico.

Para justificar o comparativo e entender um pouco mais sobre a valorização do patrimônio histórico no recorte, realizou-se uma pesquisa no Google Schoolar a partir de palavras-chave, para levantar o número de artigos relacionados com o tema abordado. A diferença de pesquisas científicas sobre o tema em cada local é notável.

TABELA 1 –ESTADO DA ARTE COM AS PALAVRAS-CHAVE DA PESQUISA

PESQUISA POR PALAVRAS-CHAVE NO GOOGLE SCHOOLAR (SEMPRE USANDO ASPAS E “E” OU “AND”)	NÚMERO DE RESULTADOS
“Lapa”	185 000
“Araucária”	38 900
“Patrimônio Histórico”	160 000
“Patrimônio Histórico” e “Lapa”	4 710
“Patrimônio Histórico” e “Araucária”	2 340

FONTE: AS AUTORAS, 2019.

Devido ao fato de Lapa ser uma cidade histórica com uma quantidade considerável de edificações tombadas, a quantidade de pesquisas relacionadas com a cidade é,

naturalmente maior; a cidade de Araucária, por sua vez, possui uma característica mais industrial, e a quantidade de tombamentos é pequena.

Para cumprimentos dos objetivos de pesquisa, essa pesquisa foi metodologicamente estruturada em três fases: A primeira delas foi uma pesquisa bibliográfica documental, para aproximação com os conceitos aqui trabalhados. Essa primeira fase foi realizada a partir da busca de material relativo ao tema. Foram utilizadas como fontes: a) Artigos científicos buscados no Google Acadêmico; b) Sites das Prefeituras Municipais (Araucária e Lapa); c) Portais de notícias e de divulgação (como jornais locais das cidades); e d) Fanpages e divulgação em mídias sociais das respectivas prefeituras. Nessas fontes, o material foi pesquisado a partir da inserção das seguintes palavras-chave: “Patrimônio Histórico”, “Patrimônio Histórico Araucária”, “Patrimônio Histórico Lapa”.

Em uma segunda fase de pesquisa buscou-se a opinião da população das duas cidades a respeito do patrimônio histórico. Isso foi realizado por meio da distribuição de formulários online que visavam identificar: a) a extensão do conhecimento/percepção sobre o patrimônio edificado; e b) o envolvimento dos cidadãos em relação ao patrimônio. Desse modo, foi possível realizar uma comparação entre as duas cidades.

A terceira fase de pesquisa consistiu em entrevistas junto ao poder público. Foi utilizado o método de pesquisa estruturada, em que são desenvolvidas perguntas com ordem invariável (GIL, 1989). As entrevistas foram realizadas através de questionários, gravadas e transcritas e posteriormente analisadas e comparadas. A intenção dessa fase foi identificar nos atores-chave de Araucária e de Lapa seus respectivos envolvimentos para essa valorização patrimonial, considerando as percepções sobre: a) Frequência de manutenção do patrimônio histórico; b) Investimentos para manutenção e valorização do patrimônio histórico; c) Métodos utilizados para conscientizar a população sobre a valorização do Patrimônio Histórico.

2.1 O PATRIMÔNIO VALORIZADO

O patrimônio compreende três categorias: a primeira diz respeito à natureza, abrangendo todos os seus componentes; a segunda está relacionada com o conhecimento e as técnicas, normalmente passado de geração para geração; na terceira estão os artefatos e construções, que relacionam o homem com o meio ambiente e suas técnicas. Assim, é possível identificar que a terceira categoria se apresenta como resultado da relação entre os dois primeiros (TOMAZ, 2010).

De acordo com Tomaz (2010, p. 03), “o estudo do patrimônio cultural promove a valorização e consagração daquilo que é comum a determinado grupo social no tempo e

no espaço", evitando assim que o a história se perca, e deixando claro a todos o quão importante é manter o passado na memória.

> Segundo Macedo, Batista e Takeuchi (2017, p.15):
>
> "o primeiro passo para a preservação do Patrimônio é conhecê-lo, caminhar pelas ruas com um olhar atento, desvendar uma edificação, compreender as suas histórias e, dessa forma, possibilitar o despertar de novos valores, estabelecendo assim vínculos que transcendem gerações e fortalecem o sentido da palavra existência"

Sendo assim, o desenvolvimento de normas para a valorização do patrimônio histórico é necessário para que o desenvolvimento de intervenções realizadas nas áreas ou edificações históricas ocorram de modo equilibrado, respeitando a paisagem existente. De acordo com a SEEC - Secretaria de Estado de Cultura (sem data - a), alguns prédios e locais históricos são valorizados através da exploração econômica, por serem construções características de sua localidade e história. Nesse sentido, a utilização para fins lucrativos pode fazer com que o patrimônio altere seu significado do ponto de vista cultural.

Desse modo, o poder público deve realizar intervenções que torne os cidadãos conscientes da importância da valorização do patrimônio histórico. Um exemplo de ação de educação patrimonial é realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que procura formas para educação sobre políticas de identificação, reconhecimento, proteção e promoção do patrimônio cultural, através de parcerias que promovam o diálogo com os cidadãos (IPHAN, 2019a).

O tombamento de patrimônios históricos pode ser realizado através do governo Federal (IPHAN), Estadual (Secretaria de Estado da Cultura – CPC) e Municipal - caso existam leis específicas. É possível ainda que um patrimônio receba o reconhecimento mundial como Patrimônio da Humanidade, que é de responsabilidade da ICOMOS/UNESCO. Pode ser tombado quando há interesse de preservação da memória e referenciais coletiva, não sendo possível em caso benefício individual.

O tombamento não altera o bem, apenas proíbe qualquer tipo de dano, e em casos em que seja necessária reforma, manutenção, ou algum tipo de ampliação, deve-se comprovar a necessidade da intervenção (SEEC, sem data - b)

2.2 LAPA-PR: PATRIMÔNIO HISTÓRICO E EDIFICADO RECONHECIDO

A cidade da Lapa consiste em um símbolo do povoamento da região leste do estado do Paraná nos séculos XVIII e XIX, sendo cenário da Guerra do Contestado, e do Cerco da Lapa. As primeiras medidas adotadas para preservação do patrimônio municipal foram paralelas à criação do IPHAN, em 1937 (MACHADO, 2007). O Cerco da Lapa, por exemplo,

representou o conflito entre pica paus e maragatos, e ainda é um fato utilizado por estudiosos para descrever sobre construções tipicamente paranaense (CORDOVA, 2013).

Segundo Souza, Bahl e Carbari (2018 p. 125) “os fatos históricos, econômicos e sociais que formaram o espaço da cidade da Lapa, fizeram surgir uma série de bens patrimoniais que caracterizam a cidade e despertam o interesse da atividade turística”. Cordvoa (2013) explica que o tombamento na Lapa torna a história memorável, pois representa nas edificações as imagens e a concretude das memórias.

Segundo o IPHAN (2019a), somente no centro histórico do município, existe uma área tombada em 1988 que consiste em 14 quarteirões com 235 imóveis (ver exemplos nas figuras 1, 2 e 3). De acordo com Toffolo e Cardozo (2013) esse processo de tombamento foi finalizado em 1998. Três livros tombo são resultantes disso: o Livro Belas Artes, o Livro Histórico e o Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Além disso, ao longo do tempo o município também interviu na questão, criando leis municipais de proteção.





FIGURAS 1, 2 E 3 –EDIFICAÇÕES TOMBADAS EM LAPA, RESPECTIVAMENTE: A CASA LACERDA, O HOSPITAL HIPÓLITO ALVES DE ARAÚJO E O ANTIGO FÓRUM.
FOTNE: IPHAN, 2019b; CANAL DA CIDADE, 2019a.

2.3 ARAUCÁRIA-PR: PROCESSO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Araucária faz parte da região metropolitana de Curitiba, antes um povoado nomeado Tindiquera. O povoamento ocorreu de forma rápida, e tornou-se uma zona mais densa, a qual veio a constituir o atual município (Secretaria de Estado da Cultura,2006). Na década de 1870 ocorreu um intenso fluxo de imigrantes - alemães, italianos, japoneses, franceses - e de uma maneira mais significativa os poloneses, que deixaram sua marca de maneira mais evidente. Um exemplo, é o museu Tingui-Cuera (figura 4), uma antiga fábrica onde funcionava uma indústria de donos poloneses, e que atualmente abriga um acervo histórico com objetos que faziam parte do cotidiano dos moradores. Outros patrimônios que fazem parte da cultura da população local são: a Aldeia da Solidariedade, Capelinha de São Miguel, Parque Romão Wachowicz e o Teatro da Praça (FERNANDES, 2004).



FIGURA 4 – MUSEU TINDIQUERA
FONTE: GAZETA DO POVO, 2018.

O órgão responsável pelo planejamento e execução das leis de preservação do patrimônio edificado de Araucária é a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Araucária. O plano diretor, por meio da Lei Complementar nº 5/2006, trata sobre a Política de Promoção e Valorização Cultural, no artigo 53: ““XVII - regulamentar e implementar a aplicação de incentivos construtivos e do instrumento transferência de potencial construtivo voltados para bens do patrimônio histórico cultural” (ARAUCÁRIA, 2006). Atualmente a cidade possui apenas um bem tombado pelo IPHAN, a Casa do Cavalo Baio (figura 5), reconhecido pela Secretaria do Estado da Cultura em 1978 (JURASKI, 2014).



FIGURA 5 – A CASA DO CAVALO BAIO, TOMBADA PELO PATRIMÔNIO FEDERAL
FONTE: JERA, 2018.

Há também bens tombados por legislação local, a exemplo do decreto municipal nº 2.580/1981 e da lei estadual nº 12.111/1953, que incidiram sobre as duas pontes metálicas presentes no território. De acordo com Storms (2015), as primeiras pontes de Araucária datam de 1880, quando ainda eram de madeira; a partir de fortes chuvas, a estrutura precisou ser refeita. Entre 1908 e 1913 o material foi substituído por estruturas metálicas importadas (figura 6). Em 2005 as pontes foram restauradas, com restrição de tráfego apenas para veículos leves.



FIGURA 6 - PONTE METÁLICA
FONTE: STORMS (2015)

2.4 RESULTADOS

2.4.1 A percepção da população

A quantidade de entrevistados divide-se de forma equilibrada entre as duas cidades, o que é importante para que as conclusões dessa pesquisa sejam obtidas em condições similares. Um percentual ligeiramente maior mora na cidade de Araucária, e a maior parte da totalidade concentra-se na faixa etária entre 19 e 30 anos (ver figura 7). Levantou-se também que cerca de metade das pessoas está cursando ensino superior, e um percentual significativo (cerca de 15%) já ingressou na Pós-graduação.

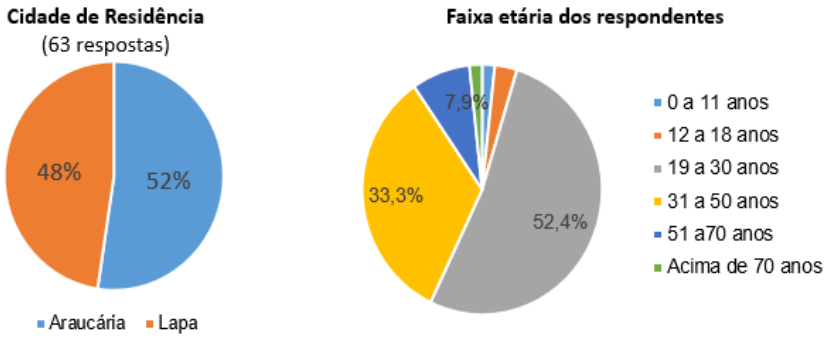

FIGURA 7 – PERFIL DOS RESPONDENTES
FONTE: ELABORADO PELAS AUTORES, 2019.

Em um primeiro momento foram realizadas perguntas para entender o conhecimento das pessoas sobre patrimônio, e de que modo esse conhecimento foi obtido. As respostas mais assinaladas pelas pessoas indicou esse estudo na fase escolar (ver figura 8); ao serem indagadas sobre já terem visitado uma edificação tombada, a maioria respondeu afirmativamente (figura 9). Isso sugere que tal fato pode ter ocorrido justamente durante o período escolar, o que indica ações por parte do poder público em propiciar alguma educação a respeito da importancia do patrimônio histórico.

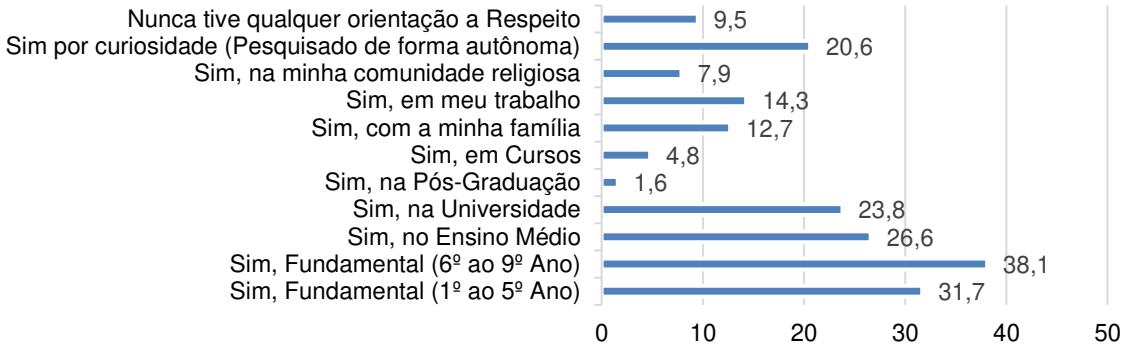

FIGURA 8 – FORMA DE OBTENÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE PATRIMÔNIO HISTÓRICO
FONTE: ELABORADO PELAS AUTORAS, 2019.

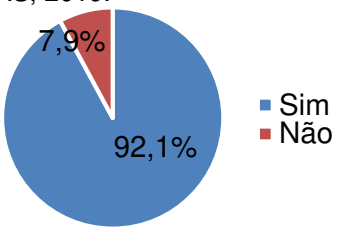

FIGURA 9 – O RESPONDENTE JÁ VISITOU UMA EDIFICAÇÃO HISTÓRICA?
FONTE: ELABORADO PELAS AUTORAS, 2019.

Boa parte dos respondentes assinalou também o conhecimento sobre patrimônio histórico veio da família. Considerando a família como base de toda a sociedade, percebe-se a importância de levar o conhecimento sobre patrimônio histórico para dentro das residências. É interessante observar que um grupo maior ainda buscou o conhecimento através de pesquisas autônomas, colocando em evidência que o avanço da tecnologia (internet) também é uma ferramenta de divulgação e valorização do patrimônio histórico.

Os resultados apontaram, também, que a maior parte desse grupo de entrevistados considera o patrimônio histórico um meio de manter viva a história da cidade (ver figura 10). Outras respostas indicam que também consideram como sem importância alguma, o que pode sugerir que parte das pessoas que assinalaram tal resposta pode pertencer ao grupo que que nunca tive qualquer orientação sobre o assunto, conforme mostram os dados anteriores.

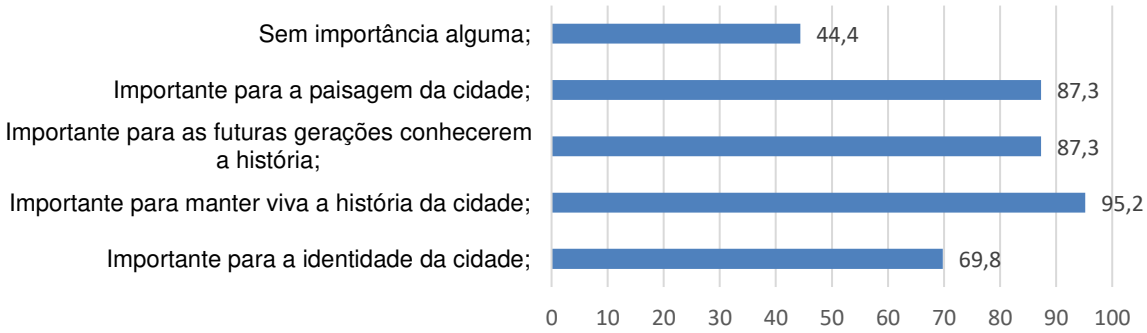

FIGURA 10 – CONSIDERAÇÕES PESSOAIS SOBRE IMPORTÂNCIA DO PATRIMÔNIO
FONTE: ELABORADO PELAS AUTORAS, 2019.

Além disso, a maior parte dos respondentes considera o patrimônio importante para a paisagem da cidade. No entanto, a quantidade de pessoas que percebe o patrimônio como importante para a identidade é relativamente baixo se comparado as outras opções. Isso é um tanto quanto contraditório, pois apesar de existir a ideia de importância paisagística, parece não ser relevante o suficiente para ser vista como uma característica forte, que traz identificação à cidade.

A figura 11 mostra a percepção das pessoas com relação à situação e ao tombamento de patrimônios históricos edificados. As respostas mostram que os respondentes têm conhecimento sobre o patrimônio de sua cidade, porém não conhecem o processo de tombamento realizado, ou o órgão responsável por isso. Identificou-se que os que possuem conhecimento sobre o processo de tombamento são moradores da Lapa, o que pode ser considerado natural, já que a cidade possui essa vocação histórica.

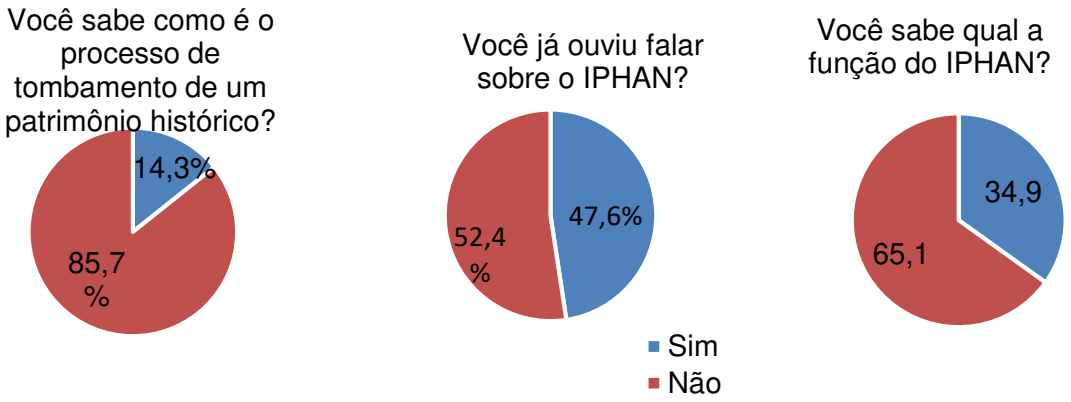

FIGURA 11 – PERCEPÇÃO DOS RESPONDENTES SOBRE TOMBAMENTO
FONTE: ELABORADO PELAS AUTORAS, 2019.

Os dados apontam, ainda, que existe alguma falta de conhecimento da população (19% das pessoas estudadas) com relação ao patrimônio histórico (ver figura 12). Isso sugere que a única percepção que esse percentual de pessoas tem do patrimônio é visual (imagem/memória). Isso também pode ocorrer por alguma falta de conhecimento em relação à manutenção das edificações. A conservação de um patrimônio histórico é delicada, e geralmente deve-se dispor de grandes montantes financeiras para manutenção e projetos de restauro. A esse respeito, as respostas dividem-se meio a meio: cerca de 50% dos respondentes considera que a conservação local dos patrimônios é bem realizada, em comparação aos que não consideram dessa forma.

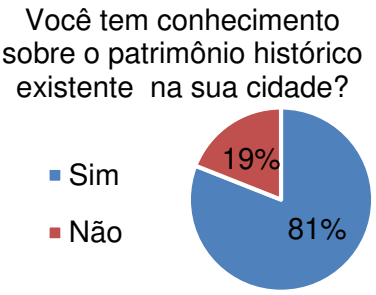

FIGURA 12 – PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO SOBRE O PATRIMÔNIO HISTÓRICO
FONTE: AS AUTORAS, 2019.

Identificou-se que a população reconhece as respectivas prefeituras como responsáveis pela manutenção do patrimônio, mesmo no caso da Lapa em que o tombamento ocorre em nível federal. No caso de Araucária acredita-se que isso ocorre devido ao fato de que as leis municipais são consideradas como a proteção que a cidade tem para a proteção dos patrimônios localmente tombados. Nesse caso, mesmo quando se observa uma percepção de que os governos municipais são considerados pouco envolvidos na valorização do patrimônio, isso pode revelar que a parte da população não tem conhecimento de que a prefeitura pode não ser o único órgão responsável pela preservação das edificações. No caso da Lapa, por exemplo, o cuidado com relação às edificações é dividido entre órgãos municipais, estaduais e federais.

Quanto à percepção sobre ações municipais voltadas ao patrimônio, observou-se que em Lapa as pessoas indagaram por mais divulgação sobre os processos de preservação. Isso pode gerar questionamentos sobre a suficiência dos recursos destinados a essa disseminação do conhecimento. É preocupante, no entanto, que a maioria das respostas evidencie a falta de conhecimento sobre as ações públicas para a valorização do patrimônio local. Isso pode indicar até mesmo um desinteresse da população, refletindo que mesmo os esforços de educação patrimonial nas escolas, eventos e conscientização, não são o suficiente para que isso ocorra de modo diferente.

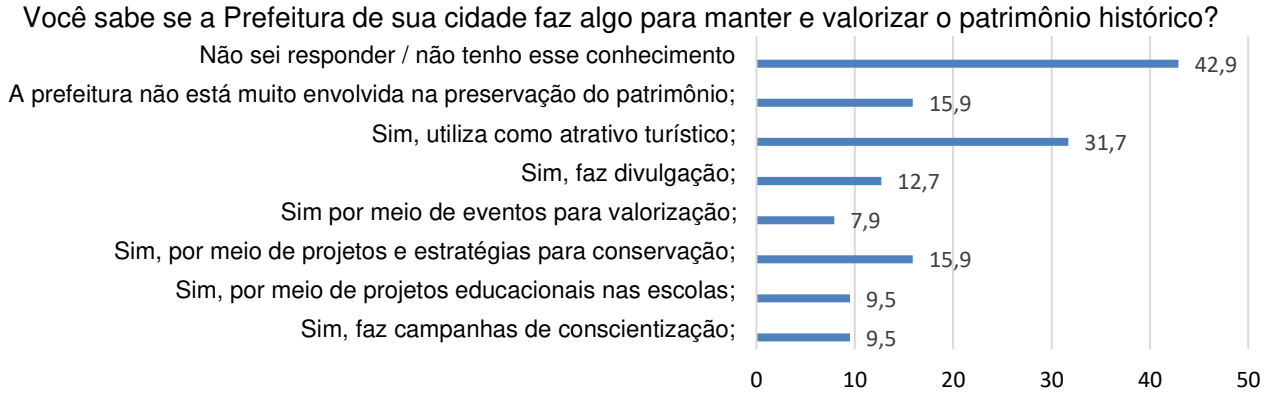

FIGURA 14 – PERCEPÇÃO SOBRE AÇÕES MUNICIPAIS QUANTO AO PATRIMÔNIO
FONTE: ELABORADO PELAS AUTORAS, 2019.

2.4.2 A perspectiva do poder público

A fim de complementar algumas dessas percepções, em Lapa realizou-se uma entrevista realizada com representante do poder público (departamento de cultura). Foi dado ênfase na questão do uso dado aos edifícios. Segundo a entrevistada, nenhuma das edificações tombadas que são de responsabilidade da prefeitura municipal está sem uso. Nas palavras dela, “estão servindo para um bem público”. A entrevistada comentou, ainda, sobre exemplos como a casa da memória e o museu de armas, “todos eles com uma finalidade para a comunidade, pois sempre ocorrem eventos ou oficinas ofertadas para a população” (um exemplo, que ocorre anualmente, é o Festival de Cinema).

Como uma cidade histórica, a Lapa recebe um grande fluxo de turismo, acolhendo pessoas de todo o Brasil. De acordo com a entrevistada, “é comum receber muitos alunos de escolas e faculdade, principalmente do curso de Arquitetura e Urbanismo. Há muita procura pelos museus com acervos que contam um pouco de como era a vida no passado”.

A entrevistada também foi indagada sobre patrimônios privados.

> Questionada sobre a existência de ações para conscientização dos proprietários dos imóveis, a resposta foi:
>
> “a conscientização já foi feita, mas há muito tempo muitos proprietários de patrimônios ficaram revoltados porque não queriam que a prefeitura interferisse com o bem dele. Porém, com o tempo, vendo os edifícios restaurados e comparando-os com aqueles que ainda não havia sido revitalizados, os donos começaram a aceitar que era importante a preservação”
>
> Em relação à atuação do poder público na preservação das edificações, ela comenta:
>
> “a manutenção de um patrimônio histórico não é fácil ou barata de ser realizada. Com isso, é comum que o poder público receba crítica com relação ao estado do patrimônio. Mas o que a população não vê, é que nem todos os edifícios

> históricos tombados são de responsabilidade da administração pública mais próxima, a prefeitura".

Na entrevista informou-se que a prefeitura realiza diversas trabalhos de manutenção dos patrimônios históricos e culturais. Porém, como a verba que é destinada a esse propósito é menor, comparada a quantidade de edifícios tombados existente, os trabalhos de restauros são realizados apenas quando o imóvel já esteja mostrando problemas. Nesses casos, a manutenção é feita sempre com a orientação do IPHAN, desde o procedimento a ser feito até a paleta de cores utilizada.

Como exemplo de ação realizada pelo IPHAN, pode ser citado o concurso que está atualmente em andamento na Casa Lacerda (figura 1), doada ao IPHAN em 1980, que funciona como museu. O concurso visa a edificação de um anexo que ampliará o espaço para fins de ações educacionais relacionadas ao patrimônio histórico (IPHAN, 2019b).

Algumas edificações estão aos cuidados do governo estadual – e atualmente observa-se que há relativa interferência menor em ações de preservação nesses casos. São exemplos de patrimônios em tal situação o antigo Hospital Hipólito (figura 2) e o antigo Fórum da Lapa (figura 3), que foram desativados e encontram-se abandonados. Segundo o jornal local Canal da Cidade (2019a) o descendente da família que construiu o edifício em 1924, dando-lhe a função de abrigar uma fundação de saúde, tem conhecimento do abandono e possui interesse em retomar o imóvel. Recentemente, uma graduanda de Arquitetura e Urbanismo utilizou o imóvel como tema de seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), com a proposta a reutilização do patrimônio público, dando o uso como um centro cultural (CANAL DA CIDADE, 2019b). Já o antigo Fórum, que também já abrigou a prefeitura, agora passará a acomodar a sede administrativa da Polícia Civil no município (CANAL DA CIDADE, 2019c).

3. CONCLUSÃO

Esse trabalho objetivou identificar o nível de valorização dos patrimônios históricos nas cidades de Araucária e Lapa. A comparação permitiu visualizar realidades bem diferentes, sendo uma das cidades representada por diversas edificações tombadas em nível federal, e outra com menor incidência nesse sentido. O método utilizado foi a pesquisa bibliográfica-documental combinada a questionários aplicados.

Enquanto produto de pesquisa de iniciação científica esse estudo possibilitou entender que a falta de disseminação de informações sobre o patrimônio pode ser um dos fatores que dificulta o envolvimento da população com relação a valorização das edificações. Considera-se, para isso, que as prefeituras não são as únicas partes

envolvidas com a preservação do patrimônio; a responsabilidade recai sobre diversos outros órgãos e também sobre a população, que tem o exercício da cidadania revelado na conscientização e na contribuição para preservação. Pode-se notar, ainda, que a manutenção dos edifícios é onerosa. Considera-se, no entanto, a importância de manutenção mesmo sob altos custos (edifícios históricos não devem ser negligenciados até que comecem a apresentar problemas). Todos – prefeitura, instituições, cidadãos – devem estar ativos no processo de garantir que a manutenção seja feita de maneira correta.

Esse estudo possuiu como principal dificuldade ao acesso e a disponibilidade de material sobre o tema, outro contraste a ser percebido entre as duas cidades que foram objeto de estudo. Entende-se que o estudo possuí limitações, pois a amostra de entrevistados foi pequena com relação à quantidade de habitantes que as duas cidades possuem; além disso, não se pode realizar afirmações de generalização sobre valorização do patrimônio, pois cada cidade é um caso.

Estudos futuros podem ser realizados no sentido de entender melhor quais são as boas práticas de ação cidadã relacionadas ao patrimônio (iniciativas que a população deve tomar ao notar a degradação). Além disso, cabe investigar como se articulam os órgãos municipais estaduais e federais para garantir a manutenção e a valorização do patrimônio histórico.

4. REFERÊNCIAS

ARAUCÁRIA. **LEI COMPLEMENTAR Nº 5/2006**. Institui o plano diretor, estabelece objetivos, Instrumentos e Ações Estratégicas e dá outras providências para as ações e Planejamento no Município de Araucária. 2006. Disponível em:<https://leismunicipais.com.br/a/pr/a/araucaria/lei-complementar/2006/0/5/lei-complementar-n-5-2006-institui-o-plano-diretor-estabelece-objetivos-instrumentos-e-acoes-estrategicas-e-da-outras-providencias-para-as-acoes-de-planejamento-no-municipio-de-araucaria>. Acessado em: 15/11/2019.

CANAL DA CIDADE. **Descendentes de Hipólito Alves de Araújo querem retomar prédio do antigo hospital**. Publicado em 27 de junho de 2019. 2019ª. Disponível em:< http://canaldacidade.com.br/descendentes-de-hipolito-alves-de-araujo-querem-retomar-predio-do-antigo-hospital/>. Acesso em: 23/11/2019.

CANAL DA CIDADE. **Lapeana faz projeto de revitalização do prédio do Hipólito**. Publicado em 04 de julho de 2019. 2019b. Disponível em:<http://canaldacidade.com.br/lapeana-faz-projeto-de-revitalizacao-do-predio-do-hipolito/>. Acesso em: 23/11/2019.

CANAL DA CIDADE. **Prédio do antigo Fórum será a sede da Polícia Civil na Lapa**. Publicado em 15 de agosto de 2019. 2019c. Disponível em:<http://canaldacidade.com.br/predio-do-antigo-forum-sera-a-sede-da-policia-civil-na-lapa/>. Acesso em: 23/11/2019

CORDOVA, M. J. W. **O patrimônio tombado e a narrativa preservacionista na Lapa/PR:** a identidade regional entre a memória e o memorável. São Paulo, Unesp, v. 9, n. 1, 2013.

FERNANDES, L. Z. **PATRIMÔNIO CULTURAL E SABER HISTÓRICO ESCOLAR**. Curitiba, 2004.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2º ed. 1989.

GAZETA DO POVO. **Maquinários históricos do ciclo da erva-mate são danificados pelas chuvas do fim de semana**. Publicado em 06 de março de 2018. Disponível em:<https://www.gazetadopovo.com.br/haus/estilo-cultura/museu-tingui-cuera-parque-cachoeira-araucaria-alagado-chuvas/>. Acesso em: nov. /2019.

HARDT, L. P. A.; HARDT, C.; HARDT, M. Revista Confluências Culturais. **Memória e cidade: contribuições à gestão do patrimônio cultural**, v.6, n.2, 2017.

IPHAN. **Ações e Projetos.** 2019a. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/585/>. Acesso em: 10 de maio de 2019.

IPHAN. **Museu Casa Lacerda, Concurso Público Nacional**. 2019b. Disponível em:<http://concursoanexocasalacerda.com/site/1>. Acesso em: nov. /2019.

JERA. Arquitetura e Obras. **Casa do Cavalo Baio – Araucária**. Sem data. Disponível em:<https://jera.site/blog/casa-do-cavalo-baio-araucaria/>. Acesso em: nov. /2019.

JURASKI, R. L. S. **Patrimônio Cultural.** 2014. Disponível em: <https://docs.ufpr.br/~coorhis/robsonluan/patrimonio.html>. Acesso em: mai. / 2019.

MACEDO, G.; BATISTA, F. D.; TEKEUCHI, W. **Prédios de Curitiba**. 22ª ed. Curitiba: Editora Lona, 2017.

MACHADO, A. B. **Políticas Culturais E Patrimônio Histórico: O Processo De Tombamento Do Setor Histórico Da Lapa / Pr Como Estudo De Caso**. Maringá, 2007

SEEC – Secretaria de Estado da Cultura. **Gestão de Bens - Conceituação Geral.** Sem data (a). Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=258>. Acesso em: 09 de maio de 2019.

SEEC – Secretaria de Estado da Cultura. **Tombamento – Conceitos**. Sem data (b) Disponível em:<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=4#1>. Acesso em: 17/11/2019.

STORMS, M. **Duas Pontes Metálicas sobre o Rio Iguaçu (Araucária)**. Patrimônio belga no Brasil. Publicado em dezembro de 2015. Disponível em:<http://www.belgianclub.com.br/pt-br/heritage/duas-pontes-met%C3%A1licas-sobre-o-rio-igua%C3%A7u-arauc%C3%A1ria>. Acesso em: 05/12/2019.

SOUZA, S. do R. de; BAHL, M.; CORBARI, S. D. Turismo, espaço, patrimônio e representações sociais da Lapa-PR, Brasil. **Revista Iberoamericana de Turismo-RITUR**, Penedo, v 8, n. 1, 2018.

TOMAZ, P. C. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, v. 7, 2010.

TOFFOLO R.; CARDOZO, P. F. Interpretação patrimonial como forma de valorização das edificações e o desenvolvimento turístico do município de Lapa (Paraná, Brasil). **Biblioteca digital de periódicos UFPR**, Curitiba, v. 6, n. 4, 2013.